



DRAFT

-----Mandato 2013/2017 -----

-----Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----

----- Ata Número Quarenta e dois -----

Aos dezasseis dias do mês de novembro de dois mil e quinze reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista. -----

----- Às doze horas e cinco minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1. Preparação da 86ª (doc 1) e 87ª reunião da AML -----

----- 2. Propostas e matérias pendentes – ponto de situação e previsões de agendamento (doc 2) -----

----- 3. Informações e outros assuntos -----

----- 3.1 – Tomadas de posição da Área Metropolitana de Lisboa -----

----- 3.2 – Parecer da 2ª Comissão Permanente sobre o PAR Lisboa -----

----- 3.3 – Estatuto do Direito de Oposição -----

----- 3.4 – Obras no auditório do Fórum Lisboa -----

----- 3.5 – Outras questões -----

----- **Ponto 1 - Preparação da 86ª (doc 1) e 87ª reunião da AML** -----

----- Começou por informar que a Informação Escrita do Senhor Presidente não se encontrava pronta e que teriam de adiar a sua discussão para outro dia.-----

----- Salientou que que não a podiam transferir para a sessão que se iria realizar no dia vinte e quatro porque, explicou, iriam discutir o Orçamento, o Plano e Política Fiscal e uma reunião não era suficiente para aquelas matérias. -----

----- Expôs que a reunião do dia seguinte iria permitir a realização do PAOD, a votação de todos os documentos do PAOD e que apenas tinha agendado aquilo que se encontrava pronto. -----

----- Referiu que no dia um não iriam ter reunião e que iriam começar as obras no auditório. -----

----- Lembrou que não existiam, por parte das Comissões, entregas de Parecer agendadas até ao dia trinta de novembro e que a sessão precedente se iria realizar no dia quinze de dezembro. Disse que a apreciação da Informação Escrita, que tinha de ser, obrigatoriamente, numa sessão ordinária, ficaria para aquele dia. Acrescentou que tinham uma grelha de três horas. -----

----- Ressaltou que existiam algumas matérias pendentes que gostaria que ficassem resolvidas até ao final daquele ano, nomeadamente, uma Petição que se encontrava pendente na Quarta Comissão, relacionada com a poda das árvores; um projeto de



deliberação da Sexta Comissão relacionado com as migrações e disse que tinham algumas matérias de urbanismo e património, relativamente urgentes. -----

----- Mencionou que iriam entrar uma série de propostas, nomeadamente, a 625/CM/2015 e a 626/CM/2015, respetivamente, Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Rua de São Lázaro e da Rua das Barracas e a 627/CM/2015 – Alienação em propriedade Plena de 3 lotes de terreno municipais sítos no Bairro das FONSECAS e Calçada. Solicitou à Terceira Comissão que emitisse, até ao dia catorze de dezembro, os Pareceres referentes àquelas Propostas. -----

----- Declarou que poderiam deixar as mais complexas para depois. -----

----- Referiu que iriam entrar, muito provavelmente, e com alguma urgência, as matérias relacionadas com a nova Feira Popular. Explicou que a Câmara tinha feito uma série de Contratos Promessa e que iria precisar da deliberação daquela Assembleia. -----

----- Resumiu que o dia quinze não iria chegar para aquela agenda e propôs que se realizasse, também, e a título excepcional, uma reunião no dia dezassete, crendo que, com aquelas duas reuniões, iriam conseguir dar seguimento às coisas mais urgentes, não atrasando os trabalhos da Assembleia. Referiu que, do ponto de vista logístico, aproveitavam para usar a mesma sala que iriam usar no dia quinze, designadamente, a dos Serviços Sociais da CML.-----

----- Realçou que o mês de dezembro era falho em reuniões e que não era obrigatório tomarem a decisão naquele dia. -----

----- Pediu aos Senhores Deputados que ponderassem a possibilidade do dia dezassete, que era, na sua opinião, aquela que do ponto de vista operacional mais convinha, até porque, explicou, dava tempo às Comissões para emitirem os Pareceres. -----

----- Disse, relativamente à reunião do dia seguinte, que iriam ter PAOD e que a Proposta nº 507/CM/2015 – Hasta Pública para alienação de ativos municipais ainda iria ser discutida em sede de Comissão naquela tarde. Admitiu que deveriam ter os pareceres todos prontos.-----

----- Mencionou que havia dado entrada um Voto de Pesar, subscrito pelo do Bloco de Esquerda, relacionado com atentado em Paris e propôs aos Senhores Deputados elaborar, naquela tarde, uma Moção ou um Voto, apresentado pela Mesa e subscrito por todas as forças políticas com assento naquela Assembleia, sobre aquela matéria.-----

----- Relativamente ao Voto de Pesar do Bloco de Esquerda, disse que iria ser distribuído por todos os Grupos Municipais. Adiantou que aquele Voto de Pesar fazia uma crítica à resposta da França aos atentados. -----

----- Confessou que, do seu ponto de vista, aquela Assembleia não tinha de se manifestar sobre a política externa de um Estado Democrático. Revelou que se sentia desconfortável perante aquele argumento. -----

----- Observou que a França tinha os seus Órgãos próprios, nomeadamente, o seu Presidente da República, a sua Assembleia da República e o seu Conselho de Defesa Nacional, responsável pela resposta da França aos ataques.-----

----- Reforçou que, do seu ponto de vista, não lhe parecia curial que uma Assembleia Municipal, de um outro País, dissesse à França, que estava em estado de choque, que não deveriam de reagir daquela forma. -----



----- Frisou que não se sentia confortável com aquele considerando e que, no seu entender, não deveria de ser aprovando. Saliu que era uma apreciação política, pessoal e não uma apreciação institucional. -----

----- Considerou que aquela matéria deveria de ser discutida no dia seguinte e avisou que, com aquela redação, não poderia votar favoravelmente aquele voto. Explicou que, enquanto democrata, acreditava que a França não tinha outra alternativa que não aquela. Frisou que era contra a guerra mas que existiam, no entanto, momentos em que era necessário assumir a dureza e a violência de uma situação como aquela. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão** sublinhou que, face à gravidade dos acontecimentos, era importante encontrar um voto que exprimisse a unidade daquela Assembleia no repúdio àquele tipo de atos que tinham enlutado a França. -----

----- Comentou que, no seu entender, as opiniões individuais não eram relevantes para aquela Assembleia e considerou que seria vantajoso, para aquela Assembleia, que se reunissem em torno de um voto preparado pela Mesa, um voto que exprimisse um sentimento comum. -----

----- Transmitiu que ainda não tinha lido o Voto do Bloco de Esquerda e que por isso não iria tecer qualquer consideração. -----

----- Reforçou que, na sua opinião, existia vantagem em não dispersar posições sobre uma matéria que devia exprimir uma posição de unidade daquela Assembleia no repúdio dos acontecimentos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves** declarou que o Voto deveria de ser unanime, proposto pela Mesa e, naturalmente, apoiado por todos os partidos. -----

----- Expôs que, tal como o Senhor Deputado José Leitão, também não conhecia o Voto do Bloco de Esquerda mas que acreditava que o Bloco iria retirar o seu Voto, consensualizando um voto único. -----

----- Acentuou que aquilo que tinha acontecido na sexta-feira anterior não tinha sido um ataque a Paris, mas sim um ataque à Europa. -----

----- Refletiu que todos deveriam ponderar sobre aquelas atitudes, atitudes que faziam tremer a Democracia e que, entre outras, colocavam em causa a liberdade. -----

----- Sugeriu que no voto constasse um apelo às autoridades para que se reforçasse a segurança da Cidade, uma vez que, na sua opinião, Lisboa poderia ser um alvo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Sanches** começou por referir que não iria colocar objeções ao voto único mas que gostava de acrescentar a sua opinião. -----

----- Disse que os Estados tinham o direito de se defender mas que, na sua opinião, aquilo a que estavam a assistir não era propriamente uma defesa, mas sim uma reação que se poderia revelar inconsequente e que poderia trazer ainda mais situações daquelas. -----

----- Explicou que a grande diferença entre aquilo que estava a acontecer em Raqqa e aquilo que havia sido feito até àquele momento era que a reação da França estava a ser publicitada como uma resposta aos atentados. -----

----- Referiu que no seu entender, não existia nenhuma diferença significativa de posição, entre o antes e o depois dos atentados, que não tinha existido nenhuma diferença estratégica, em termos militares, daquilo que se estava a pensar fazer. -----



----- Confessou o seu desconforto em colaborar numa reação reativa que, do seu ponto de vista, se poderia revelar inconsequente. Acrescentou que se deveriam tomar medidas preventivas e que, no seu entender, bombardear a Capital do Estado Islâmico não iria impedir o aparecimento de novos atentados.-----

----- Realçou que, embora fossem fundamentalmente contra a guerra, não eram contra uma guerra defensiva desde que fosse, pelo menos, inteligente.-----

----- Solicitou que o texto fosse bastante ponderado.-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que não fazia intenções de tecer considerações, positivas ou negativas, sobre a reação militar da França. Expôs que, na sua opinião, a única maneira de conseguir o consenso de todos seria omitindo aquele ponto.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel Santos** disse que o MPT iria subscrever o Voto desde que se separasse a parte política da parte do próprio Voto de pesar, que era aquilo que, no fundo, se estava a discutir.-----

----- Propôs à Mesa que se fizesse um minuto de silêncio e que no decorrer do mesmo, caso fosse possível, se projetasse a bandeira francesa no ecrã, à semelhança de outras iniciativas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lopes** defendeu a existência de uma Moção que reunisse a unanimidade de todos os Grupos e que não fizesse alusões à soberania da França.-----

----- Afirmou que a disponibilidade do PNPN também era total.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** disse que, para aquele Grupo Municipal, a separação humanitária e de repúdio pelos factos das considerações de natureza política eram uma regra.-----

----- Lembrou que sempre tinham defendido que os Sírios é que tinham de resolver o seu próprio problema e que aquele era o resultado das nossas intromissões, da nossa insistência em levar a nossa Democracia aos outros.-----

----- Realçou que em relação ao aspeto humanitário, eram totalmente contra e que a questão política teria de ser lida em geral.-----

----- Considerou que seria incorreto, da parte daquela Assembleia, criticar a governação dos outros.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** partilhou que “Os Verdes” também tinham a intenção de sugerir, naquela Conferência de Representantes, à Mesa a apresentação de um voto conjunto.-----

----- Considerou que era um assunto muito complexo. Propôs que se cingissem às questões humanitárias e de solidariedade com o povo francês.-----

----- Revelou que desconheciam conteúdo do Voto do Bloco de Esquerda e que se se mantivesse para discussão no dia seguinte, na altura, em Plenário, logo tomariam uma posição.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** disse que não tinha muito mais a acrescentar e corroborou a intervenção da Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira.-

----- Reforçou que se deveriam centrar num voto de solidariedade, deixando de lado as questões políticas.-----



----- Sublinhou que era essencial ter um voto de solidariedade aprovado por unanimidade. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Deputada Municipal Ana Gaspar se encontrava numa reunião no Fórum e que lhe pedira para transmitir a sua opinião, nomeadamente que o Voto exprimisse, naturalmente, a solidariedade para com o povo francês e, também, a solidariedade com as vítimas do terrorismo, de ações violentas, nomeadamente na Síria. -

----- Lembrou que no dia anterior aos atentados de Paris tinham morrido cerca de quarenta pessoas vítimas de atentado na Síria.-----

----- Transmitiu ainda, em nome da Senhora Deputada Ana Gaspar, e pela xenofobia que pudesse ficar associada àqueles atentados, que os refugiados também estavam a fugir daquele tipo de violência, da violência que se experimentara em Paris e, lembrou, que estavam a ser vítimas, todos os dias e a todas as horas, daquilo que tinha acontecido na Capital francesa -----

----- Aproveitou para informar que estava a decorrer, no Foyer do Fórum, uma reunião do Programa Municipal de Apoio aos Refugiados e que iria existir uma outra com o Grupo daquela Assembleia. Referiu que os estudantes sírios que se encontravam a estudar em Portugal tinham aderido, como voluntários, àquele programa e que se encontravam na reunião que estava a decorrer no Foyer. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles**, sobre a eventual proposta de um voto que pretendia consensualizar posições, disse que, depois de o lerem, considerariam em Plenário. -----

----- Relativamente ao Voto do Bloco de Esquerda, salientou que apenas a Senhora Presidente e o Bloco conheciam o seu conteúdo.-----

----- Disse, não pretendendo aprofundar aquela questão, que os considerandos eram considerandos e que a parte deliberativa do Voto apresentado não referenciava nada sobre a política de resposta do Governo Francês aos ataques. -----

----- Evidenciou que, no entanto, aquela não era a primeira vez que aquela Assembleia se pronunciava sobre política interna e externa de outros Estados. -----

----- Lembrou que tinham tido, pouco tempo antes, duas Moções, uma sobre Angola e outra sobre a Turquia, nas quais se abordara, quer nos considerandos quer na parte deliberativa, a política interna daqueles Estados. -----

----- Lembrou também que, coerentemente, o Senhor Deputado Municipal do PCP referira na altura, na sua intervenção, que não o deveriam fazer, que não se deveriam intrometer em circunstância alguma e que tinham votado em conformidade. -----

----- Referiu que, na sua opinião, deveriam ter uma palavra sobre a injustiça. Acentuou que tinham o direito de se pronunciar sobre aquele tema e que o Voto proposto não tinha nada daquilo na parte deliberativa, disse que tinha apenas um considerando.-----

----- Salientou que tinham posições políticas diferentes, e que até era bom que assim o fosse, e que não deveriam estabelecer aquele princípio, o de não se pronunciarem sobre a política de outros países. -----

----- **A Senhora Presidente** frisou, em relação ao que tinha dito, que era uma questão pessoal e, explicou, que apenas tinha levantado aquele assunto porque estavam na



eminência de sugerir um voto subscrito por todos e precisava de auscultar os presentes relativamente ao seu conteúdo. -----

----- Disse que o iria redigir a seguir ao almoço e que o iria enviar, via *email*, a todos os Senhores Deputados. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** referiu que a Proposta nº 620/CM/2015 não tinha a estimativa de custos com a respetiva justificação da despesa e que existia um anexo com as parcelas todas a zeros. -----

----- Indagou se seria possível esclarecer aquela situação até ao momento da discussão daquela Proposta, que era, na sua opinião, pacífica e que poderia, também na sua opinião, vir a ser aprovada por unanimidade. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou ao Assessor do Senhor Vereador Duarte Cordeiro que analisassem aquela Proposta com cuidado para que não se levantassem questões no dia seguinte. -----

----- Salientou que tinha feito um aditamento à Ordem de Trabalhos do dia seguinte. Explicou que a Segunda Comissão Permanente tinha terminado o Parecer da Rede das Cidades Magalhânicas. -----

----- **Ponto - 2. Propostas e matérias pendentes – ponto de situação e previsões de agendamento (doc 2)** -----

----- **A Senhora Presidente** começou por dizer, relativamente àquele ponto, que estavam a aguardar a resposta da Procuradoria em relação à Petição nº 10. -----

----- Apontou que a Petição nº 13 estava a gerar imensa polémica. Contou que o primeiro Peticionário se tinha deslocado imensas vezes àquela Assembleia para protestar porque pretendia ver aquele assunto resolvido. -----

----- Lembrou que aquela Petição solicitava a suspensão, imediata, de poda e abate de árvores na cidade de Lisboa até à entrada em vigor do novo regulamento e, explicou que a petição tinha baixado, como habitualmente, a uma Comissão para ser apreciada. -----

----- Disse que gostaria de ver aquele assunto resolvido e que a Petição iria ficar agendada para o dia quinze de dezembro. Partilhou que iria falar com o Peticionário para esclarecer aquela matéria. -----

----- Lembrou que era hábito daquela Assembleia colocar as Petições no início da Ordem de Trabalhos e que a Informação Escrita também era sempre o primeiro ponto. Sugeriu, uma vez que se tratava de um reagendamento, e para que os peticionários não tivessem de esperar muito, que se discutisse a Informação Escrita depois da Petição. -----

----- Informou, em relação à Proposta de deliberação sobre o Debate Temático “Demografia e Migrações em Lisboa”, que o Senhor Presidente da 6ª Comissão lhe tinha dito que o Relatório estaria pronto até ao dia quinze de dezembro. -----

----- Mencionou que tinham agendado, para o dia vinte e quatro de novembro, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal, reunidos na Proposta nº 610/CM/2015, e que tinham toda a política fiscal, nas Propostas nºs 611, 612, 613 e 614/CM/2015. -----

----- Disse que tinham os dois Contratos Programas, designadamente, as Propostas nºs 617/CM/2015, com a EGEAC, e 618/CM/2015, com a SRU e salientou que existia



vantagem em votar aquelas Propostas no mesmo dia, uma vez que aqueles valores se encontravam inseridos no Orçamento. -----

----- Disse ainda que tinham a Proposta nº 637/CM/2015 - Aquisição de ações da Valorsul, uma Proposta que tinha sido votado na CML por unanimidade e que, na sua opinião, também deveria ser agendada para o dia vinte e quatro de novembro.-----

----- Transmitiu que não podiam acrescentar mais nada àquela Sessão. Recordou que era a continuação de uma Ordinária e que não existia PAOD.-----

----- Assinalou que ainda tinham para agendar a Proposta nº 154/CM/2015 – PPRU Madragoa, apreciação na especialidade que, comentou, não sabia se já se encontrava pronto. Salientou que aquela Proposta já se encontrava há muito tempo naquela Assembleia e considerou avançar com o seu agendamento. -----

----- Expôs que a Proposta nº 624/CM/2015 – Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito tinha dado entrada há muito pouco tempo e que a apreciação na generalidade poderia ser feita em dezembro ou janeiro. -----

----- Explanou que ainda tinham duas ARU'S, designadamente, a Área de Reabilitação Urbana da Rua de São Lázaro e a da Rua das Barracas. Explicou que eram áreas de grande predomínio de propriedade da Câmara, com casas em muito mau estado e a necessitar de intervenção urgente.-----

----- Mencionou que também tinham, em matéria de política de solos, a Proposta nº 627/CM/2015 – Alienação em propriedade plena de 3 lotes de terreno municipais sites no Bairro das FONSECAS e Calçada e a Proposta nº 628/CM/2015 - Declaração de utilidade pública de expropriação, com carácter urgente, de três prédios particulares e de todos os direitos a eles inerentes, por necessários à execução do mesmo projeto e abrangidos pelo Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria e, acrescentou, que tinham, em matéria de relações institucionais, o Ponto A da Proposta nº 632/CM/2015 – Integração do Município de Lisboa na associação Artemrede – Teatros Associados. -----

----- Comentou que tinham sido aprovadas na sexta-feira anterior, em reunião de Câmara, uma série de propostas, relativamente urgentes, que ainda não tinham dado entrada naquela Assembleia, nomeadamente, as permutas e as aquisições das parcelas em Carnide para a nova Feira Popular. Explicou que, em conformidade com a informação que lhe fora dada, aquelas Propostas estavam baseadas em Contratos Promessa com os proprietários envolvidos que iriam caducar no final daquele ano.-----

----- Considerou que seria bom que a Assembleia, caso tivesse capacidade para isso, pudesse apreciar aquelas propostas em tempo útil. -----

----- Aproveitou para dizer que aquele era um dos motivos pelos quais tinha sugerido uma reunião no dia dezassete, explicando que tinha de assegurar uma grelha de tempos para aquele efeito. -----

----- Frisou que aquelas propostas ainda não tinham dado entrada naquela Assembleia e que aquele era, claramente, um assunto da Primeira Comissão, e que, eventualmente, poderia ser necessário o apoio da Terceira Comissão. -----



----- Fez saber que, na perspetiva de aquela Assembleia Municipal acompanhar o processo desde o início, tinham entrado dois Projetos de Regulamentos, que ainda não tinham sido aprovados em Câmara. -----

----- Observou que antes de serem agendados naquela Assembleia teriam de ser, primeiro, aprovados em Câmara, depois da aprovação em Câmara eram seguidos de um debate público, voltavam a ser aprovados em Sessão de Câmara e que só então seriam, formalmente, enviados para aquela Assembleia. -----

----- Enfatizou que eram matérias muito importantes e que aquela Assembleia tinha pressionado a Câmara naquele sentido. -----

----- Esclareceu que se tratava do Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento e o Projeto de Regulamento dos Circuitos Turísticos. -----

----- Propôs que aqueles projetos baixassem à Segunda e à Oitava Comissão, não se tendo verificado intervenções naquele sentido. -----

----- Sublinhou que era apenas para se inteirarem da temática dos projetos, para poderem, caso assim o entendessem, apresentar sugestões ou, entre outros, chamarem os Senhores Vereadores antes de os Projetos serem aprovados em Câmara. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** questionou se os horários de funcionamento da restauração, principalmente dos bares, não deveriam de baixar, também, à Quarta Comissão, devido às questões do ruído. -----

----- **A Senhora Presidente** ressaltou que iriam baixar às Comissões apenas para efeito de conhecimento, no entanto não via inconveniente nenhum em dar conhecimento à Quarta Comissão, para que pudesse, caso o entendesse, apresentar as suas sugestões. -----

----- **Ponto 3 - Informações e outros assuntos**-----

----- **Ponto 3.1 – Tomadas de posição da Área Metropolitana de Lisboa**-----

----- **A Senhora Presidente** clarificou que não eram tomadas de posição da Área Metropolitana de Lisboa mas sim, uma coletânea que tinha recebido, por parte da Área Metropolitana de Lisboa, com a tomada de posição de todos os Municípios a assuntos vários.-----

----- Elucidou que era apenas para conhecimento e que iria para a pasta do PAOD.-----

----- **Ponto 3.2 – Parecer da 2ª Comissão Permanente sobre o PAR Lisboa** -----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que tinham um parecer emitido pela Segunda Comissão sobre o Plano de Ação Regional de Lisboa que ainda não havia sido agendado e indagou se pretendiam agendar aquele ponto em dezembro. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** sugeriu que se juntassem os pareceres da Área Metropolitana e que agendassem aquele conjunto para janeiro. -----

----- **A Senhora Presidente** concordou com o Senhor Deputado e disse que podiam pedir uma versão mais atualizada ao Senhor Vereador do pelouro e ao Senhor Secretário Executivo. -----

----- **Ponto 3.3 – Estatuto do Direito de Oposição** -----

----- **A Senhora Presidente** elucidou que aquele ponto era apenas uma formalidade. Lembrou que Lei obrigava a que se fizesse um Relatório anual sobre aquela matéria e alertou que a Câmara nunca o tinha feito. Salvaguardou que a Autarquia cumpria o Estatuto mas que nunca tinha feito o Relatório. -----



----- Informou que tinha pedido, formalmente, ao Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, que aquele Relatório começasse a ser feito e que informassem se tinham dado ou não cumprimento ao Estatuto da Oposição.-----

----- Sublinhou que não era competência daquela Assembleia fiscalizar a existência daquele Relatório, mas, tendo aquele Órgão deliberativo a competência genérica de fiscalização dos atos do Executivo, entendia que aquelas situações tinham de ser assinaladas.-----

----- **Ponto 3.4 – Obras no auditório do Fórum Lisboa** -----

----- **A Senhora Presidente** transmitiu que as obras no auditório iriam começar no dia um e solicitou ao Coordenador do NUGEF que explicasse o que se iria fazer. -----

----- **O Coordenador do NUGEF, Dr. Paulo Braga** disse que as obras iriam começar no dia trinta de novembro. Explicou que, de acordo com aquilo que estava previsto na empreitada, iriam começar com os registos corta-fogo, com a reparação do teto, com a substituição de lâmpadas e que iriam alcatifar a sala e estofar as cadeiras.-----

----- Elucidou que a obra iria decorrer entre o mês de dezembro e meados do mês de janeiro.-----

----- **A Senhora Presidente** indagou à Senhora Diretora do DAOSM, Dra. Paula Levy, se o pagamento da alcatifa se encontrava resolvido.-----

----- **A Senhora Diretora do DAOSM, Dra. Paula Levy** respondeu que se encontrava tudo em ordem.-----

----- Alertou que era, no entanto, necessário contar com os imprevistos e que na sua opinião, aquela intervenção só deveria estar concluída no final de janeiro.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos** indagou se estava prevista a colocação de pontos de acesso à energia.-----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu o alerta e pediu ao Dr. Paulo Braga que tomasse nota daquela sugestão.-----

----- Explicou que aquelas obras se encontravam incluídas nas Medidas de Autoproteção do Plano de Prevenção Contra Incêndios e que eram intervenções obrigatórias, por Lei, para continuarem a funcionar.-----

----- **Ponto 3.5 – Outras questões** -----

----- **A Senhora Presidente** expôs que recebia muita correspondência do Conselho Executivo da Área Metropolitana de Lisboa e que sentia sempre dúvidas na altura do seu encaminhamento.-----

----- Considerou que a correspondência acabava por andar um bocado dispersa uma vez que, explicou, encaminhava a correspondência para a Comissão respetiva.-----

----- Questionou se não deveria existir, entre as Comissões Permanentes, uma que fosse acompanhando a atividade da Área Metropolitana de Lisboa, tendo, seguidamente, sugerido que o acompanhamento fosse feito pela Segunda Comissão uma vez que já acompanhava as Relações Internacionais.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos**, Presidente da Segunda Comissão, disse que tinham muito gosto em receber, apreciar o conteúdo e distribuir a correspondência da Área Metropolitana.-----



----- **A Senhora Presidente** declarou que, uma vez que os Senhores Deputados concordavam, aquela correspondência iria passar a ser encaminhada à Segunda Comissão Permanente para apreciação e encaminhamento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal do Vasco Miguel Santos** fez um reparo à parte administrativa. -----

----- Apontou, relativamente ao Debate do “Eixo Central de Lisboa”, que, mesmo sendo representante do MPT, como não fazia parte daquelas Comissões não tinha tido direito nem a senha de presença nem a estacionamento. -----

----- **A Senhora Presidente** indagou o Coordenador do NAC, Arquiteto Pedro Formosinho relativamente àquela questão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves** respondeu pelo Senhor Arquiteto. Lembrou que o Debate Público “Eixo Central de Lisboa” tinha sido, na realidade, uma reunião da Terceira e da Oitava Comissões Permanentes, uma reunião alargada, estendida, pela complexidade do tema, à população. -----

----- Sublinhou que tinha sido uma reunião daquelas duas comissões. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que poderia fazer um despacho retificativo, relativamente àquela reunião, acrescentando que deveriam de ser convocados, também, todos os Partidos sem assento naquelas Comissões. Asseverou que sem um despacho da sua parte o serviço não poderia processar a senha de pagamento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel Santos** fez saber que tinha uma outra questão, de ordem técnica. Assinalou que, nas intervenções que fizera até àquele momento, o seu nome não aparecia associado à sua imagem. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou ao Coordenador do NUGEF o favor de corrigir aquela situação. -----

----- Disse que tinha uma outra questão e lamentou que o Senhor Deputado Sérgio Azevedo não se encontrasse presente. -----

----- Introduziu que o Senhor Deputado Municipal Sérgio Ihe tinha enviado para conhecimento, através do Grupo Municipal do PSD, umas propostas de alteração ao Orçamento. -----

----- Contou que na altura, não se tendo apercebido que era apenas para seu conhecimento, solicitara ao seu Assessor, Pedro Tito, que colocasse aquela informação a circular, e que o Senhor Deputado Sérgio Azevedo, ao ver aquela informação a circular por todos, enviara um *email*, também com conhecimento para todos, a protestar com o seu Assessor acusando-o de extravasar as suas competências. -----

----- A Senhora Presidente, tendo tido conhecimento daquele incidente, enviou um *email* ao Senhor Deputado, e, frisou, apenas para o Senhor Deputado, a clarificar aquela situação. -----

----- Enfatizou que quando o seu Assessor Pedro Tito enviava *emails* a pedido da Senhora Presidente, eram efetivamente a seu pedido. -----

----- Declarou que aquele Assessor trabalhava consigo há anos e garantiu que nunca tinha enviado nada que não tivesse sido solicitado por si. Aproveitou para dizer que era um excelente Assessor. -----



----- Mudou de assunto. Transmitiu que se tinha enviado na quinta-feira anterior a carta da monitorização dos requerimentos, que se encontrava prevista no Regimento, e que tinham constatado que o número de requerimentos em atraso tinha diminuído bastante.---

----- Solicitou, e instituiu, que se distribuíssem cópias daquelas cartas a todos os partidos.

----- Explicou que enviavam para a Câmara todos os meses uma lista com os Requerimentos que se encontravam por responder.

----- Acrescentou, relativamente ao PAOD da Sessão que se iria realizar no dia seguinte, que gostaria muito que aquela Assembleia considerasse um Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Cunha e Silva e um outro pelo falecimento de Helmut Schmidt.-----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

----- 1. Preparação da 86ª (doc 1) e 87ª reunião da AML -----

----- 2. Propostas e matérias pendentes – ponto de situação e previsões de agendamento (doc 2) -----

----- 3. Informações e outros assuntos -----

----- 3.1 – Tomadas de posição da Área Metropolitana de Lisboa -----

----- 3.2 – Parecer da 2ª Comissão Permanente sobre o PAR Lisboa-----

----- 3.3 – Estatuto do Direito de Oposição -----

----- 3.4 – Obras no auditório do Fórum Lisboa -----

----- 3.5 – Outras questões -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____